



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

PRISCILA DE SOUZA RAMOS VIEIRA

**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS
CONTRIBUIÇÕES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS**

Florianópolis

2014

Priscila de Souza Ramos Vieira

**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS
CONTRIBUIÇÕES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Docência na
Educação Infantil como pré-requisito para a
obtenção do grau de especialista.

Orientador(a): Dra. Verena Wiggers

Florianópolis

2014

PRISCILA DE SOUZA RAMOS VIEIRA

**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS
CONTRIBUIÇÕES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do grau de Especialista em Docência na Educação Infantil, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 6 de Setembro de 2014.

Prof^ª. Dra. Soraya Franzoni Conde

Coordenadora do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil

Banca Examinadora:

Orientadora: Dra. Verena Wiggers

Membro: Márcia Buss-Simão

Membro: Maria Elisa Pimentel

Suplente: Priscila Trierweiller

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Marcos por entender a minha ausência e me apoiar em todos os momentos.

A minha família e amigos por me confortar e incentivar.

A minha orientadora Professora Verena Wiggers pela acolhida, ensinamentos, dedicação e pelas palavras de incentivo nos momentos de dúvidas.

Aos professores, do curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, coordenado e ministrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Ministério da Educação, pelas contribuições à minha formação acadêmica/profissional.

Aos profissionais do CEI Ana Sperandio Battisti, que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

Aos colegas de curso, em especial as amigas Carine e Lucilde.

RESUMO

A presente pesquisa, realizada em nível de especialização (lato sensu), teve por objetivo identificar quais as principais indicações da Legislação Brasileira e dos documentos oficiais para a sistematização do currículo/proposta pedagógica para a creche e a pré-escola. Para sua realização analisou-se as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009f)*, e dos referidos documentos oficiais: *Crítérios para o atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (BRASIL, 2009b)*, *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil v.2 (BRASIL, 2006d)* e *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009e)*. Para sua realização foram utilizados procedimentos metodológicos relacionados à análise de conteúdo, entre os quais destaca-se a configuração dos dados em torno de categorias de análise. Por intermédio desse estudo, observou-se que a estruturação de um currículo/proposta pedagógica para a creche e a pré-escola exige a articulação de um conjunto amplo de procedimentos e ações, tendo em vista o caráter multifacetado dos processos relacionados ao cuidado e a educação de crianças pequenas e, ainda pela função sociopolítica que a creche e a pré-escola ocupam no atual contexto da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação Infantil, Documentos Oficiais, Currículo.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	11
3 ASPECTOS RELACIONADOS A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA.....	12
4 RESULTADOS DA ANÁLISE REALIZADA	16
4.1 PRINCÍPIOS	16
4.1.1 Princípios éticos.....	16
4.1.2 Princípios políticos.....	17
4.1.3 Princípios estéticos.....	18
4.2 ADAPTAÇÃO/INSERÇÃO DA CRIANÇA	19
4.2.1 Atenção à criança que ingressa.....	20
4.2.2 Acolhimento às famílias	21
4.2.3 Estratégias a serem adotadas no período de adaptação/inserção para articulação das ações entre as instituições e as famílias.....	22
4.3 RELAÇÃO CRECHE E FAMÍLIA.....	23
4.3.1 Receptividade das famílias nas instituições	23
4.3.2 Comunicação com as famílias	24
4.3.2.1 Gestão do cuidado	24
4.3.2.2 Aprendizagem e Desenvolvimento	25
4.3.3 Participação das famílias nas atividades	25
4.3.4 Respeito aos saberes e constituições familiares.....	26
4.4 CUIDADO E EDUCAÇÃO	27
4.4.1 Alimentação	28
4.4.2 Higiene Pessoal.....	29
4.4.3 Conversa com os bebês.....	30

4.4.4 Autonomia.....	30
4.4.5 Aspectos relacionados ao cuidado.....	31
4.4.6 Comunicação/emoção/sentimento (respeito ao outro).....	31
4.4.7 Brincadeira	32
4.4.8 Ciências da natureza	33
4.4.9 Sexualidade	33
4.4.10 Constituição da identidade	34
4.4.11 Condições do ambiente.....	34
4.4.12 Movimento ocupação do espaço	35
4.4.13 Cuidado contra a violência	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
7. ANEXOS.....	43

1 INTRODUÇÃO

O início da minha atuação profissional, na área da educação, se deu no ano de 2001, na qualidade de auxiliar de sala, em um colégio particular no centro de Florianópolis, onde trabalhei por três anos. Naquele momento, dada à complexidade da área e da precária formação até então adquirida, não me sentia preparada para, na qualidade de professora, sozinha, assumir um grupo de crianças na Educação Infantil.

Hum ano e meio depois, passei a atuar como professora tendo em vista que, no cotidiano, essas duas funções – auxiliar de sala e professor(a) – são desenvolvidas de forma articulada. Assim, como professora referência do grupo desenvolvia o trabalho previsto para as crianças atendidas no grupo em causa. Logo percebi as limitações da formação do curso de Magistério, indicando para a necessidade de maior aprofundamento teórico e ampliação da prática profissional. Decidi então fazer Pedagogia, cujo ingresso foi consolidado no ano de 2003 na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta conquista representava a realização de um sonho e o resultado de muito esforço.

Paralelo aos meus estudos continuei trabalhando e, assim, entre o trabalho e a formação acadêmica fui ampliando meus conhecimentos em relação a área da educação, o que, entre outros aspectos, contribuíram para ampliação das formas de atuação junto aos processos educativos das crianças pequenas atendidas na creche e na pré-escola.

Em função de novas demandas profissionais, ao finalizar o curso de Pedagogia iniciei meu primeiro curso de especialização, o qual também contribuiu de forma significativa para ampliação de meus conhecimentos e ampliação de minha prática profissional. Entre os seis anos que se passaram, entre aquele curso de especialização e o de Docência na Educação Infantil, ao qual me vinculo academicamente neste momento, fui acumulando muitas dúvidas e questionamentos relacionados ao delineamento das propostas e das práticas pedagógicas para as crianças na creche e na pré-escola.

Algumas dessas inquietações remetiam ao próprio curso de Pedagogia, pois, naquele momento¹, concebia o currículo como grade curricular, constituído por

¹ No período de 2003/ a 2007/1, não havia ocorrido a reforma curricular do curso de Pedagogia.

conceitos e conteúdos estruturados por áreas disciplinares para as crianças acolhidas na creche e na pré-escola. Ao mesmo tempo indagava-me, sobretudo, da viabilidade desse trabalho pedagógico com crianças pequenas, especialmente quando se tratavam de bebês em processo de aquisição da linguagem.

No curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, por intermédio da disciplina “*Currículo, proposta pedagógica, planejamento, organização e gestão do espaço, do tempo e das rotinas em creches e pré-escolas*”, fui levada a aprofundar os estudos e as discussões relacionadas à função sociopolítica da educação infantil no atual contexto da sociedade brasileira e as demandas que se colocam como necessárias para a qualidade pedagógica da creche e da pré-escola. Pude perceber que muitos são os critérios a serem considerados para a estruturação da qualidade do trabalho pedagógico nesta modalidade educativa, entre os quais, a estruturação do currículo/ propostas pedagógica é apenas um deles², mas para mim o mais instigante, pois como professor me deparo com essas demandas diuturnamente.

Portanto, este estudo se delineia em meio à importância que adquire a dimensão curricular – prescrita/prevista, real/em curso e oculta/subterrânea – para a qualidade do trabalho pedagógico na creche e na pré-escola em meio as discussões, tanto teóricas quanto práticas.

Este tem por objetivo *identificar quais as principais indicações da Legislação Brasileira e dos documentos oficiais para a sistematização do currículo/proposta pedagógica para a creche e a pré-escola.*

O empreendimento em causa estrutura-se em torno da seguinte indagação: *em meio às orientações nacionais, que indicações as instituições de Educação Infantil podem/devem considerar para estruturação de seu currículo/proposta pedagógica para a creche e a pré-escola no atual contexto das políticas públicas brasileiras?*

Para identificar quais as principais indicações da legislação brasileira para estruturação do currículo/proposta pedagógica na creche e na pré-escola foram consultadas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009f)*.

No que se refere à contribuição dos documentos oficiais, o presente estudo efetuou a análise dos seguintes documentos: *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, vol 2 (BRASIL, 2006d)*; *Critérios para o atendimento em creches*

² Sobre critérios de qualidade para a creche e a pré-escola, verificar Brasil (2009b); Fundação Carlos Chagas (2010).

que respeite os direitos fundamentais das crianças (BRASIL, 2009b) e *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (BRASIL, 2009e).

A partir da carta Constitucional da República Federativa do Brasil de 1988, o Ministério da Educação (MEC), entre outras ações, publicou documentos, dentre os quais, no que se refere a sistematização de propostas curriculares/pedagógicas para a educação, destaca-se os que segue: *Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos fundamentais das crianças* (BRASIL, 2009b, p. 13 a 25). Esse documento visa subsidiar, sobretudo, a rede de creches, mas também é pertinente à pré-escola, para a melhoria da qualidade do atendimento; *Parâmetros Nacionais de Qualidade Para a Educação Infantil – Volume 1*(BRASIL, 2006c) e *2*(BRASIL, 2006b, p.32 a 39), que contêm referências de qualidade para a educação infantil a serem utilizados pelos diferentes sistemas que oferecem atendimento em creches e pré-escolas; e *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (BRASIL, 2009e, p. 41 a 49), que caracteriza-se como um instrumento de autoavaliação da qualidade das instituições de Educação Infantil por intermédio de um processo participativo e aberto a toda a comunidade³.

O MEC criou/atualizou também um conjunto de Diretrizes, entre as quais, no que se refere ao tema deste estudo, destaca-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009f).

A sistematização dos resultados desse estudo estrutura-se em torno dos seguintes itens: *Aspectos relacionados à história da Educação Infantil no Brasil, Metodologia da Pesquisa, Resultados da Análise Realizada: Princípios; Adaptação/ Inserção da criança; Relação Creche e Família; Cuidar e educar.*

³ O *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)* (BRASIL, 1998j), ainda que pertinentes ao tema, tendo em vista que seu conteúdo e forma de elaboração foram alvos de severas críticas, remetidas por professores, pesquisadores e profissionais da área, não serão considerados para realização deste estudo. Para aprofundamento sobre o tema ver FARIA, A. L. G.; PALHARES, M.S. (1999).

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A partir da delimitação do objeto de estudo, conforme indicado na introdução, um dos primeiros procedimentos foi a realização do *estudo exploratório* dos documentos indicados para criação das categorias de análise.

Para realização desta pesquisa foram usados procedimentos relacionados a análise de conteúdo, entre os quais destaca-se a configuração dos documentos analisados. Os excertos relacionados às respectivas categorias foram recortados dos textos que constituem os documentos oficiais analisados⁴ e realocados em torno das respectivas categorias, realizados com apoio do recurso do Word⁵. Ao finalizar esse processo de configuração dos dados, haviam sido criadas e estruturadas 14 categorias de análise, a saber: *adaptação, creche e família, princípios, cuidar e educar, tempo/espço, propostas, ação dos professores, formação, profissionais, avaliação do trabalho, organização dos grupos, educação especial, valorização da identidade, funcionamento das instituições*. Entretanto, dada a especificidade do tema, pela necessidade de delimitação do objeto de estudo e em função das condições objetivas para sua realização, foram analisadas as seguintes categorias: *Princípios, Adaptação, Relação creche/família, Cuidar e Educar*⁶. Para a sistematização da análise dos dados, as categorias foram reagrupadas em subcategorias, criando assim novas formas de agrupar as informações, condição necessária para a realização da análise.

⁴ Estes são encontrados de forma digitalizada na página do MEC., facilitando assim o acesso e a configuração dos dados, por já serem encontrados na forma digital.

⁵ O conjunto dos excertos que constituem cada uma das categorias e subcategorias de análise forma organizados na forma de anexo.

⁶ As categorias princípios, adaptação, relação creche e família, cuidar e educar, foram escolhidas na tentativa de responder algumas inquietações que foram surgindo ao longo da minha caminhada profissional

3 ASPECTOS RELACIONADOS A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA

O atendimento a Educação Infantil no Brasil surge em meio a uma necessidade social. Devido ao processo de industrialização, urbanização e a entrada da mulher no mercado de trabalho, demandou o estabelecimento de instituições para educação e cuidado das crianças pequenas. Esta modalidade educativa também foi reivindicada pelas classes mais abastadas, essas inspiradas nos jardins de infância froebelianos. Em contrapartida, para as crianças de pais trabalhadores destinavam-se o atendimento relacionado apenas aos cuidados básicos – higiene, alimentação e proteção. A história do atendimento a pequena infância apresentou duas formas de atendimento: uma destinada aos pobres, na qualidade de benefício social, e outra, seletiva para as de maior poder aquisitivo (WIGGERS, 2007).

Por volta da década de 70, a partir da elaboração da “teoria da privação cultural” que acabou subsidiando a estruturação da educação compensatória⁷, a educação infantil passou a ser vista como um “recurso capaz de suprir e compensar as carências educacionais, afetivas, nutricionais e culturais das crianças pobres” (WIGGERS, 2007, p. 20). Em virtude disto, a educação infantil passou a ser concebida como aquela capaz de resolver os inúmeros problemas relacionados a questões educacionais, tendo por objetivo oferecer igualdade de oportunidades e garantir sucesso no desempenho escolar.

A educação compensatória, preparatória para o ensino fundamental, passou a sofrer críticas no final dos anos 70. Observou-se que as crianças oriundas das classes menos favorecidas não ampliavam seu desempenho escolar e, ainda, passaram a ser discriminadas de forma precoce (WIGGERS, 2007). Apesar dos seus equívocos a educação compensatória trouxe contribuições para área, a exemplo da expansão do atendimento a infância e, por suas críticas, fizeram emergir novas *formatações pedagógicas*⁸ trazendo, assim, avanços para a área e, ainda, o reconhecimento de sua importância para os processos educativos das novas gerações.

Em meio a sua estruturação, historicamente constituída, essa modalidade educativa passa por sucessivos avanços, não lineares, mas realizados por contradições,

⁷A mesma parte do princípio que as crianças carentes fracassam na escola porque lhes faltam requisitos básicos para o sucesso escolar. Para maior aprofundamento ver Wiggers (2007).

⁸ Ver Wiggers (2007).

passando, por fim constituir-se como um direito de toda criança brasileira a partir da Carta Constitucional da República Federativa do Brasil de 1988.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a oferta à educação das crianças pequenas torna-se um direito e não mais um “favor” aos pais trabalhadores. Desdobrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069 de 1990) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), a educação infantil ganha, finalmente, status de direito das crianças, dever do Estado e das famílias.

Desse modo, a Educação Infantil passa a constituir a primeira etapa da Educação Básica, tendo por objetivo o desenvolvimento integral das crianças nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 1996h). A LDB (9394/96) também aponta outras definições importantes para a área: ação complementar à família e comunidade, a avaliação da criança feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de retenção ou promoção para etapas posteriores (BRASIL, 1996), a delegação aos municípios⁹ –prioridade, mas não exclusividade- à iniciativa de implementação a educação de crianças de 0 a 5 anos de idade.

A Educação Básica, então, tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996h), a educação das crianças pequenas passa a expressar um novo conceito educacional, a constituir-se como modalidade escolar. Conforme Kuhlmann assinala:

[...] uma instituição escolar seria aquela que tem por característica reunir um coletivo de determinada faixa etária, ou com interesse específico, para prestar determinado tipo de educação. Quando se toma uma definição mais estreita de instituição escolar, ignora-se importantes aspectos do fenômeno educacional (FARIA, A. L. g.; PALHARES, M.S., 1999, p.64).

Conforme aponta Machado (2000), este fato confere uma nova identidade a Educação Infantil, pois a formação da criança – indicada no Art.22 da LDB - deve ter início já na Educação Infantil, sendo complementado com as outras modalidades educativas da Educação Básica. Partindo deste pressuposto, todas as modalidades educativas necessitam estar articuladas, como um *continuum*, trazendo implicações para a sistematização das propostas curriculares vinculadas a cada uma delas. O Currículo,

⁹ Ver Brasil (1996h).

aqui concebido como um *conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico* (BRASIL, 2009f, p.14), se constitui como elemento central para organização do trabalho pedagógico a ser desenvolvido em toda a Educação Básica, logo, também para a creche e a pré-escola.

Assim sendo, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade garantindo a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, bem como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças (BRASIL, 2009f).

Kuhlmann (1999, p.65) assinala que “[...] quando se indica a necessidade de tomar a criança como ponto de partida, quer-se enfatizar a importância da formação profissional de quem irá educar essa criança na instituição de educação Infantil”. A necessidade de formação inicial e continuada dos professores, é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação¹⁰, reforçando a premissa de uma formação qualificada, rompendo com a ideia de que qualquer pessoa possa desempenhar a complexa função de cuidar e educar.

No contexto da Educação Infantil, o Currículo¹¹, se constitui como uma forma de planejamento, evidenciando o caráter sociopolítico e pedagógico¹² da educação infantil, onde a criança inserida num espaço educativo tem o direito a desenvolver-se, ter acesso aos conhecimentos historicamente construídos, sendo respeitada sua condição social de ser criança. A função sociopolítica e pedagógica inscreve-se ainda no projeto de sociedade democrática explicitado na Constituição Federal de 1988¹³, tendo como objetivo oferecer condições às crianças usufruir de seus direitos civis, sociais e humanos, compartilhar a educação com as famílias, promover igualdade de oportunidades e acesso a bens culturais, conviver com adultos e crianças, bem como ampliar seus saberes.

¹⁰ A formação profissional também é indicada nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos demais documentos oficiais. Ver Brasil (1996h), (2006d), (2009e).

¹¹ Em estudo realizado pelo Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 1996a), buscou-se o apoio “de um conjunto de especialistas vinculados à educação infantil que, em resposta à questão ‘o que é proposta pedagógica e currículo em educação infantil?’, estabeleceram um conjunto de definições”. Para maior aprofundamento ver Brasil (1996a), Wiggers,(2007).

¹² Ver Art. 29 (BRASIL, 1996h).

¹³ Ver Art. 3 (BRASIL, 1988i)

As Instituições de Educação Infantil possuem autonomia para elaborar sua Proposta Pedagógica/Currículo, no entanto, as orientações dos Documentos Oficiais devem servir como orientador para sua construção. Esta autonomia conferida às instituições traz com ela a possibilidade de criar um Currículo/Proposta Pedagógica que atenda às necessidades específicas da instituição, uma vez que encontramos contextos diferentes em nosso país¹⁴. Essas orientações constituem a base para a implementação de importantes subsídios afim de organizar e estruturar ações a serem desenvolvidas com as crianças nas creches e pré-escolas.

Desta forma, poderíamos indagar quais os princípios e orientações que, de acordo com os documentos oficiais produzidos pelo MEC, são tidos como pertinentes na estruturação de um currículo para a creche e a pré-escola? Que recomendações são encontradas para a estruturação de um currículo para o cuidado e a educação de bebês acolhidos na creche? Que ações se vinculam a complementariedade entre a instituição e a família? Enfim, quais são as múltiplas facetas que constituem as ações de cuidado e educação das crianças acolhidas na creche e na pré-escola? Estas são algumas das indagações que motivam a realização deste estudo.

¹⁴ Consultar Wiggers (2007) para a estruturação do currículo na creche e na pré-escola. O estudo da referida autora traz a noção de um currículo onde a diversidade e os múltiplos fatores da realidade educacional precisam ser explicitados, definidos e permanentemente avaliados para serem redimensionados cotidianamente.

4 RESULTADOS DA ANÁLISE REALIZADA

4.1 PRINCÍPIOS

Uma das orientações centrais para a estruturação do currículo/proposta pedagógica para as creches e a pré-escolas são encontradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009f), quando estas se referem aos princípios a serem considerados para a estruturação das propostas e das práticas pedagógicas para a educação infantil. São eles: Princípios éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; Princípios políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; Princípios estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Dada a importância dos princípios, os mesmos são contemplados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009f) e também nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2010j) – portanto, dizem respeito a toda Educação Básica – a análise em causa dividiu cada uma delas em subcategorias, conforme detalhado na sequência.

Para compreensão das implicações dos aspectos relacionados, buscou-se as contribuições de Oliveira (2010) que em seu texto procura indicar as implicações que o conteúdo das DCNEI trazem para estruturação das propostas e das práticas pedagógicas para a educação infantil.

4.1.1 Princípios éticos

Em meio aos *princípios éticos* foram encontradas referências que dizem respeito a: *autonomia; respeitar a si, ao outro e ao bem comum; responsabilidade; respeito ao meio ambiente; construção da identidade e respeito à singularidade*¹⁵.

¹⁵ As indicações para a sistematização de propostas e práticas pedagógicas para a educação infantil, no que se refere as implicações dos princípios aqui referidos foram usadas, sobretudo, as indicações de Oliveira (2010).

No que se refere à *autonomia*, as instituições devem contemplar em suas propostas momentos onde as crianças possam exercer sua autonomia, seja nos momentos de alimentação, higiene ou na escolha de uma brincadeira. As crianças devem ser incentivadas pelo adulto a tentar realizar sozinhas aquilo que só é possível com a ajuda do outro.

Em relação ao *respeitar a si, ao outro e ao bem comum*, recomenda-se que as instituições devem prever ações que levem as crianças a perceber seus anseios e necessidades, ajudá-las a entender seus sentimentos de raiva, tristeza, de solidão. É importante ensinar as crianças a respeitar as pessoas, a adquirir hábitos de solidariedade, seja por meio de exemplos dos adultos, seja na interação com outro. Atitudes de respeito aos elementos, aos objetos e espaços que pertencem a todos, a partilha também devem ser enfatizados no cotidiano das instituições.

No que tange a *responsabilidade*, o trabalho pedagógico a ser desenvolvido deve prever ações que levem as crianças a tomar consciência de suas responsabilidades desde cedo, com relação a si, ao outro, ao espaço que convive e com a preservação da natureza. Estas são atitudes que constituem a formação do pequeno cidadão.

Relacionado ao *respeito ao meio ambiente*, recomenda-se que as crianças, desde a mais tenra idade, aprendam a respeitar e preservar a natureza e seus recursos naturais, todas as formas de vida, respeitando e zelando pelo patrimônio natural da humanidade.

Vinculado à *construção da identidade e respeito à singularidade*, recomenda-se que os currículos/propostas devem conter ações que auxiliem as crianças a construir uma identidade cultural, a aceitar e a valorizar as diferenças culturais existentes no contexto da creche e da pré-escola. As crianças precisam aprender com as diferenças e demonstrar respeito. Planejar momentos onde aconteçam situações que levem as crianças a criar atitudes de respeito às diferenças (étnicas, culturais ou referentes a deficiências), ações essas onde as crianças aprenderão a respeitar e o valor de cada pessoa vinculada aos diferentes grupos culturais. Assim, as instituições devem prever ações de combate a exclusão e discriminação seja por parte das crianças ou adultos.

4.1.2 Princípios políticos

Em meio aos princípios políticos foram encontradas referências aos seguintes itens: *direitos e deveres, respeito à democracia, e o exercício da criticidade*.

Em relação aos *direitos e deveres*, as propostas pedagógicas devem explicitar ações onde os direitos das crianças sejam garantidos. O direito ao acesso à conhecimentos e iguais oportunidades de aprendizagens configuram-se como direitos das crianças. Ensiná-las desde cedo que possuem direitos, mas também deveres como cidadãos é relevante à educação dos pequenos.

No que diz *respeito à democracia* aponta-se para a necessidade de se criar situações onde as crianças possam expressar seus sentimentos, ideias e opiniões, onde possa ouvir o que o outro tem a dizer são os primeiros passos que a criança avança no sentido de entender e respeitar a democracia.

Relacionado ao *exercício da criticidade*, recomenda-se que a realidade a qual as crianças se vinculam deve ser respeitada e, ao mesmo tempo, ser considerada para a ampliação do repertório vivencial de cada uma das crianças acolhida na creche e na pré-escola. Faz parte da função pedagógica levar as crianças a terem contato com diferentes estilos musicais, filmes, desenhos, danças e situações observadas dentro e fora do contexto escolar. Ou seja, é função da instituição ampliar as vivências e os conhecimentos das crianças, como também criar formas por intermédio das quais as crianças possam expressar-se, resolver conflitos e se apropriarem de diferentes formas de o ser humano ser e estar no mundo.

4.1.3 Princípios estéticos

Em meio aos princípios estéticos foram encontradas referências aos seguintes itens: *sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais*.

Em *relação à sensibilidade* é tido como importante, contemplar no currículo/propostas pedagógicas situações que despertem a sensibilidade e o olhar criador indo no sentido contrário a produção de massa e midiática que tem sufocado nosso olhar.

Relacionado ao item *criatividade* chama-se atenção para a necessidade de desenvolver experiências ricas e variadas em meio ao contexto pedagógico da creche e da pré-escola. Assim, as propostas pedagógicas, devem incluir passeios, visitas ou com frequência a museus, cinemas, teatros, parques e diferentes espaços culturais, como também valorizar suas produções e criações.

No que tange a *ludicidade*, faz-se referência à importância de as crianças expressarem-se pelos desenhos, garatujas e principalmente pelas brincadeiras. Através das brincadeiras elas conseguem dar outros significados a determinados objetos, vivenciam situações imaginárias, ampliando suas formas de aprendizagem e desenvolvimento.

Relacionado à *diversidade de manifestações artísticas e culturais* chama-se atenção para a necessidade de as propostas pedagógicas preverem situações onde as crianças tenham acesso a variadas culturas, ampliando seus conhecimentos acerca dos seus valores, formas de organização e hábitos de vida ao mesmo tempo em que aprendam a valorizar as diferenças culturais existentes em nosso país.

Os princípios em causa configuram-se como princípios gerais a serem considerados para a estruturação de qualquer currículo/proposta pedagógica vinculada a Educação Básica, pois trazem implicações para a constituição das subjetividades dos sujeitos acolhidos, não apenas na educação infantil, mas nas diferentes modalidades da educação brasileira, pois delineiam um tipo de sujeito que se pretende formar.

4.2 ADAPTAÇÃO/INSERÇÃO DA CRIANÇA

O ingresso das crianças na creche e na pré-escola, além configurar-se como um direito de toda criança brasileira, constitui-se também como *estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma vez que permitem às mulheres sua realização para além do contexto doméstico* (BRASIL, 2009f, p. 5). Esta forma de inserção, muitas vezes, se constitui no primeiro contato que a criança tem com um ambiente social diferente daquele encontrado na família. Passa então a dividir com a instituição de educação infantil, os cuidados e a educação de sua criança pequena, sendo que muitos deles são bebês. Tais características trazem implicações para a inserção da criança na instituição demandando, assim, estratégias de acolhida e adaptação não apenas da criança, mas também de sua família, para que esta transição aconteça de maneira tranquila e não traga aborrecimentos as crianças e também para as famílias, é importante pensar nas especificidades deste período de vida (VALE, 2012).

Neste sentido, é dever da instituição pensar previamente num acolhimento para criança e sua família, considerando este como um período necessário e importante para ambas as partes, pois a partir dele novas rotinas de relacionamento se efetivarão (BRASIL, 2009g). O processo de adaptação/inserção de uma criança não se configura como um processo isolado, vivenciado apenas pela criança. Estão também envolvidos nesse processo a família, os professores, as crianças que já fazem parte do grupo da criança recém-chegada, razão pela qual essa situação merece atenção e planejamento institucional previstos na proposta pedagógica (HOLZ, 2012).

Desde o primeiro contato da família com a instituição deve-se procurar estabelecer uma relação positiva entre as partes. O principal objetivo desta parceria é garantir a qualidade da educação e do cuidado das crianças de 0 a 5 anos de idade que ingressam na creche e na pré-escola.

Dada à importância desse processo, os documentos que constituem o *corpus* deste estudo, trazem indicações para que as instituições propiciem uma adaptação tranquila para crianças, famílias e professores, razão pela qual as famílias precisam ser consideradas e respeitadas como parceiras desse processo desde o primeiro contato.

Para melhor compreender as indicações dos documentos oficiais a respeito o período de *adaptação*, essas indicações foram divididas em subcategorias, as quais serão apresentadas a seguir.

4.2.1 Atenção à criança que ingressa

Em meio aos documentos analisados, no que se refere a esta subcategoria, foram encontradas indicações referentes a acolhida neste espaço. Para que esta transição aconteça de maneira tranquila este processo deve realizar-se mediante uma especial atenção, à presença de um familiar, a trazer um objeto de casa, a um cuidado especial com sua alimentação, ao encontro entre irmãos que frequentam a instituição, a saúde dos bebês deve ser observada com cuidado, deve-se evitar deixar as crianças inseguras, assustadas, chorando ou apáticas, sem atenção e carinho (BRASIL, 2009b). A preocupação com o bem estar físico e emocional da criança são aspectos mencionados nos documentos.

De acordo com os documentos analisados, a demonstração de carinho e de acolhida neste momento especial são tidos como fundamentais para que a criança

estabeleça uma relação de confiança com os adultos que acaba de conhecer, como também com seus colegas do grupo e com os diferentes espaços institucionais. Neste processo, merece destaque também, o modo como a família é recebida e envolvida sobretudo, no que se refere à mãe que, por vezes, exerce maior influência no estado emocional das crianças. Algumas delas sentem-se em conflito e angustiadas por precisarem deixar seu filho na creche e seguir para o trabalho (ROSSETTI-FERREIRA, 1993).

A pesquisa realizada por Maistro (1997), revela que nos estudos realizados sobre o tema, ainda que as instituições tenham por objetivo atuar de forma complementar às ações das famílias, na realidade brasileira predominam as ações onde prevalece o distanciamento, a falta de troca de informações e o não reconhecimento da dimensão complementar preconizado pela legislação brasileira.

Portanto, no período de adaptação/inserção parece fundamental propício o planejamento de ações que aproximem as famílias da instituição. Este momento de acolhida se mostra importante para o estabelecimento de relações positivas e de parceria com as famílias. Na análise a seguir é possível observar que os documentos oficiais trazem ainda outras indicações acerca do acolhimento das famílias durante a adaptação/inserção das crianças na instituição de creche e de pré-escola.

4.2.2 Acolhimento às famílias

Outras recomendações encontradas nos documentos analisados remetem ao necessário acolhimento das famílias das crianças. Os documentos apontam que num primeiro momento, os(as) professores(as) gestoras e gestores devem dar uma atenção especial às famílias e/ou responsáveis pelas crianças (BRASIL, 2006d); chama-se também atenção para a importância da acolhida e respeito às famílias desde o primeiro contato com a instituição (BRASIL, 2009b, 2009e).

Podemos perceber nas indicações que a preocupação neste período inicial não se refere apenas à criança, mas também à família da criança que ingressa na instituição, com a finalidade do estabelecimento de relações positivas entre ambas. São preocupações com o bem-estar e a segurança da família em relação ao cuidado e à educação oferecidas institucionalmente, pois as famílias precisam confiar no trabalho pedagógico e nos profissionais que estarão com a criança diuturnamente.

A comunicação entre a creche e a família são também tidos como relevantes nos documentos em análise, conforme torna-se possível observar quando: reconhecemos que uma conversa aberta e franca com as mães e os pais é o melhor caminho para superar as dificuldades do período de adaptação; observamos com atenção a reação dos bebês e de seus familiares durante o período de adaptação (BRASIL, 2009b).

Portanto, o ingresso da criança pequena na creche ou na pré-escola pode causar estranhamento, sentimento de medo, insegurança, entre outros, tanto para a criança, quanto para a família que opta por matricular seu/sua filho(a) na educação infantil. Assim sendo, seus profissionais precisam estar atentos e promover ações que contemplem não apenas a acolhida e adaptação das crianças, mas também de suas famílias, sejam eles pais, avós, tios, vizinhos (VALE, 2012). É também função do estabelecimento manter as famílias informadas em relação ao desenvolvimento das crianças, dos seus avanços e dos aspectos que devem merecer mais atenção.

4.2.3 Estratégias a serem adotadas no período de adaptação/inserção para articulação das ações entre as instituições e as famílias

Para a estruturação de relações positivas entre a instituição e as famílias, os documentos analisados apresentam também algumas indicações no que se refere ao planejamento das ações institucionais, entre as quais se destacam a previsão de espaços e tempos para que mães, pais, familiares e/ou responsáveis, professoras, professores, gestoras e gestores iniciem um conhecimento mútuo (BRASIL, 2006d), um planejamento que reconheça o período de adaptação como um momento muito especial; um planejamento flexível quanto a rotinas e horários para as crianças em período de adaptação (BRASIL, 2009b).

Observa-se pelo conteúdo dos excertos transcritos, que outros profissionais da instituição devem ser envolvidos no processo de adaptação da criança e das famílias na instituição, em especial seus gestores. Recomenda-se também que o planejamento das ações cotidianas contemple ações que contribuam para a inserção e adaptação das crianças e das famílias na instituição.

Portanto, o processo de adaptação/inserção reserva especificidades que se referem ao acolhimento não apenas das crianças, mas também de suas famílias, pois esta marca o início de uma relação de partilha, da educação e do cuidado das crianças, entre as instituições de educação infantil e as famílias das crianças atendidas. Relação

que deve ser construída em bases sólidas, na troca de informações, com respeito mútuo. A troca, o diálogo, entre a creche e a família deve ser mantida ao longo da permanência da criança na instituição de educação infantil evitando assim práticas fragmentadas no ato educativo junto às crianças (BRASIL, 2009f, p.13).

Na sequência, apreciaremos as indicações que remetem a importância da relação entre a instituição e a família não apenas no processo de adaptação/inserção da criança, mas ao longo de todo o período que ela se vincula a uma dada instituição de educação infantil.

4.3 RELAÇÃO CRECHE E FAMÍLIA

Com intuito de identificar quais orientações são relevantes para construção do Currículo da creche e da pré-escola, pensando na relação creche e família, foram elencadas as seguintes categorias: *Receptividade das famílias nas instituições; Comunicação com as famílias*, dividida em três subcategorias: *Informações a respeito da criança, Comunicação referente à saúde da criança, Conversa sobre o desenvolvimento; Respeito aos saberes e constituições familiares, Participação das famílias na construção da Proposta Pedagógica e Aproximando a família da instituição.*

4.3.1 Receptividade das famílias nas instituições

No interior dos documentos analisados, foram encontrados excertos que chamam atenção para a importância da receptividade às famílias, conforme pode ser identificado na sequência: professoras, professores, gestoras e gestores são atenciosos com mães, pais e familiares ou responsáveis, estando disponíveis cotidianamente; oferecem condições para familiares visitar as instalações das instituições (BRASIL, 2006d); as professoras e demais profissionais sentem-se respeitadas/os pelos familiares (BRASIL, 2009e), nossas crianças sabem que são queridas quando percebem que suas famílias são bem-vindas e respeitadas na creche; evitamos comentar assuntos relacionados com as crianças e seus familiares na presença delas (BRASIL, 2009b).

Nestes trechos torna-se possível identificar que, para estabelecer relações positivas entre a instituição e as famílias, é necessário que as partes respeitem-se mutuamente. Demonstrar a criança que sua família é respeitada e aceita dentro do espaço da creche, é permitir que ela também se sinta acolhida e respeitada. O documento Subsídios para as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas para a Educação Básica (2009g) também aponta para a importância dessa relação e de seu balizamento na ética, no respeito e valorização de sua cultura (p.41).

É neste sentido que compreendemos as indicações de Braga (2003), quando afirma que, “abrir” as portas da instituição significa construir uma relação baseada no diálogo cotidiano – seja por meio de bilhetes, conversas rápidas na entrada ou saída etc. – procurar conhecer o contexto familiar, enfrentar conflitos de forma respeitosa, facilitando o acesso das famílias aos espaços internos da instituição. Faz-se também necessário promover a participação das famílias nas atividades cotidianas da creche e da pré-escola, cumprindo, assim, o que prevê o aporte legal brasileiro, ou seja, desenvolver suas ações de forma complementar as que são desenvolvidas pelas famílias. Para viabilização dessa função, entre outras ações, se faz necessário desenvolver formas de comunicação entre as famílias, conforme será apresentado no item subsequente.

4.3.2 Comunicação com as famílias

Na subcategoria nomeada *comunicação com as famílias*, foram criados dois novos itens a saber: *a Gestão do cuidado e Desenvolvimento e aprendizagem*.

4.3.2.1 Gestão do cuidado

Conforme já indicado, o cuidado e a educação da criança matriculada na creche e na pré-escola deve ser compartilhada entre a instituição e a família. Uma relação saudável e que promova o bem estar da criança, deve ser pautada no diálogo e na troca de informações sobre a criança. Esta indicação torna-se evidente nos documentos analisados como podemos observar: orientam mães e pais e/ou responsáveis para dar às professoras e aos professores informações que julguem relevantes e fidedignas sobre a criança (BRASIL, 2006d); manter diálogo aberto e contínuo com os pais nos ajuda a

responder às necessidades individuais da criança, as famílias são informadas sobre a alimentação da criança e suas sugestões são bem recebidas (BRASIL, 2009b).

A preocupação relacionada à saúde da criança também se coloca como importante na comunicação entre creche e família, cabendo a instituição: acompanhar com as famílias o calendário de vacinação das crianças, manter comunicação com a família quando uma criança fica doente e não pode frequentar a creche (BRASIL, 2009b).

Observa-se, assim, que a instituição tem também responsabilidades em relação à promoção da saúde das crianças. Assim sendo, articulado a outros setores sociais, a exemplo dos serviços de saúde, devem atuar na prevenção de doenças e segurança pessoal.

4.3.2.2 Aprendizagem e Desenvolvimento

Questões referentes à promoção da aprendizagem e do desenvolvimento infantil também são postas como relevantes na comunicação com as famílias. Aos profissionais cabe disponibilizar informações sobre as atividades e o desenvolvimento da criança, orientações sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil (BRASIL, 2006d, 2009b, 2009f).

Observa-se assim que, informar as famílias a respeito do trabalho pedagógico desenvolvido na instituição e sobre as aprendizagens e o desenvolvimento de seus filhos, é mais uma das funções a serem cumpridas pelas instituições de educação infantil e, conseqüentemente, devem ser incorporadas nas ações pedagógicas. Esse processo se constitui também como um momento onde a instituição pode estabelecer relações positivas e motivar as famílias a participarem do trabalho em desenvolvimento na instituição.

4.3.3 Participação das famílias nas atividades

Outras indicações recomendam a participação das famílias no desenvolvimento de determinadas atividades pedagógicas nas instituições de educação infantil. Assim sendo, para viabilização dessas ações, conforme indicam os excertos apresentados na

sequência, recomenda-se o uso de determinadas estratégias tais como: a realização de encontros periódicos entre mães, pais, familiares e/ou responsáveis e profissionais da instituição de Educação Infantil, visando à qualidade da educação das crianças (BRASIL,2006d); procuramos incluir as famílias na programação relativa à natureza; procuramos criar ocasiões para as famílias participarem de atividades ao ar livre com as crianças; estimulamos os pais a participar ativamente de eventos e atividades na creche (BRASIL, 2009b).

Outras recomendações apontam para a participação das famílias na construção da Proposta Pedagógica, ou seja, a gestão democrática de uma instituição só acontece com a participação dos envolvidos no processo pedagógico. Assim sendo, é função da instituição instruir as famílias e esclarecer que se constitui como um direito delas conhecer, ajudar a (re)elaborar a proposta pedagógica. Nos documentos analisados, indaga-se se mães e pais e/ou responsáveis opinam sobre o desenvolvimento da proposta pedagógica e a gestão da instituição, se formalizam canais de participação de profissionais, das famílias e/ou responsáveis, na elaboração, na implementação e na avaliação das propostas pedagógicas (BRASIL, 2006d).

Estas são pois prerrogativas que se instauram em meio a uma concepção ampliada de gestão democrática da qual participam o corpo docente e discente do estabelecimento para que se assegure a função sociopolítica da creche e da pré-escola no atual cenário da educação brasileira.

Na sequência apresentaremos a últimas subcategorias relacionadas a necessária articulação entre a instituição e a família.

4.3.4 Respeito aos saberes e constituições familiares

De acordo com esta subcategoria, recomenda-se que os professores(as) realizem atividades com as crianças nas quais os saberes das famílias são considerados e valorizados (BRASIL, 2009e). Que se viabilize a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização (BRASIL, 2009f). Que também se dê continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade (BRASIL, 2009f).

Portanto, há que se reconhecer e valorizar os diferentes modos como as famílias se organizam. Como também seus valores e formas de ser e estar no mundo. Estas são, pois, formas de articulação e de complementaridade entre as ações da instituição e da família, constituindo-se em um critério de qualidade para acolhimento das crianças matriculadas na creche e na pré-escola, devendo assim serem considerados na estruturação das propostas e das práticas pedagógicas na educação infantil.

4.4 CUIDADO E EDUCAÇÃO

A faixa etária atendida na educação infantil é marcada por sujeitos que estão em vias de aprender a fala, a caminhar, a alimentar-se sozinho, a usar a imaginação e na descoberta do mundo a sua volta. Essas ações na criança não sementes que estão esperando desabrochar, elas são construções mediadas histórica e culturalmente produzidas nas relações que estabelecem com o mundo material e social mediadas por parceiros mais experientes (BRASIL, 2009e, p.7).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009e), apontam que para garantir a educação em sua integralidade, concebendo o cuidar e o educar como processos indissociáveis, as propostas pedagógicas devem contemplar o desenvolvimento do trabalho coletivo, a organização de materiais, tempo e espaço. A criança deve ser percebida em suas múltiplas dimensões de forma indissociável, reconhecendo suas especificidades, promovendo a interação, a proteção contra qualquer forma de violência praticada dentro ou fora da instituição.

O cuidar e educar, recorrente nos últimos anos, promoveu a consolidação de concepções, disputas e problematizações. Dessas discussões alguns consensos firmaram-se em relação ao cuidar/educar. O cuidar para além de suprir as necessidades básicas (alimentação, proteção, higiene etc.), assume dimensão de escuta, de atendimento as necessidades, de encorajamento. Assim como cuidar/educar assume a dimensão de defesa dos direitos vinculados a proteção à vida, a participação social e política, mas também ao direito de sonhar, de rir, de pensar, de silenciar, movimentar-se (BRASIL, 2009h).

Esta visão ampliada do cuidar e educar foram encontradas nos documentos oficiais e nas diretrizes. Para dar conta de um grande volume de informações, foram elencadas em 13 subcategorias de análise: *Alimentação, Higiene Pessoal/ Saúde, Higiene Pessoal/Autonomia, Conversa com bebês, Autonomia, Demandas pessoais, Comunicação /Emoção/Sentimento (Respeito ao outro), Brincadeira, Sexualidade, Ciências da Natureza, Constituição da sua Identidade, Condições do Ambiente, Movimento ocupação do espaço, Cuidado contra violência, as quais serão discutidas a seguir.*

4.4.1 Alimentação

A alimentação das crianças na creche e na pré-escola não é apenas compreendido como uma ação de cuidado, mas também de educação, conforme detalhamento a ser feito ao longo deste item. Assim sendo, em meio aos documentos analisados são encontradas indicações que apontam para a necessidade de: um cardápio nutricional variado e rico que atenda às necessidades das crianças; sistematização de ações para a retirada da mamadeira e a introdução de alimentos sólidos; acesso ao leite materno (BRASIL, 2009e); preparar os alimentos com capricho e carinho; as crianças participarem na arrumação das mesas e dos utensílios; viabilizar na instituição a inclusão de alimentos frescos nos cardápio (BRASIL, 2009b).

Observa-se que, por intermédio dos documentos analisados, a alimentação refere-se não apenas a demanda relacionada a saciedade mas, sobretudo, que se referem aos aspectos nutritivos, o que remete a qualidade e variedade dos alimentos a serem consumidos, como também cuidados relacionados a higiene – pessoal, dos ambientes e dos alimentos - e modo como estes serão servidos. Estão também envolvidos os aspectos educacionais, sobretudo, os que se referem a ampliação do paladar de cada uma das crianças envolvidas. Ou seja, ensinar a alimentar-se de forma adequada é um dos compromissos dos processos educativos levados a efeito nas creches e pré-escolas. Assim, estabelecem demandas para a estruturação da proposta pedagógica da instituição.

4.4.2 Higiene Pessoal

Entre os documentos analisados, no que se refere à higiene pessoal, são encontradas indicações que chamam atenção para a necessidade de as crianças aprenderem a cuidar de si próprias e assumir responsabilidades em relação à sua higiene e saúde (BRASIL, 2006d); valoriza-se o apoio das professoras(res) para a conquista da autonomia na realização dos cuidados diários - cuidar de si mesmas e do próprio corpo - , se há respeito do ritmo da criança na retirada das fraldas e no aprendizado do controle dos esfíncteres (BRASIL, 2009e); se as crianças maiores são incentivadas a se alimentarem sozinhas e se as crianças pequenas recebem ajuda na transição da mamadeira para a colher e o copo (BRASIL, 2009b).

Observa-se entre as indicações em causa que são valorizadas atitudes que promovem, gradativamente, a autonomia das crianças em relação a diferentes aspectos relacionados à higiene pessoal – cuidar de si; assumir responsabilidades em relação aos seus pertences; controle esfinteriano e alimentação. Portanto, são também aspectos que constituem os processos educativos das creches e das pré-escolas. Por serem educativos, devem ser contemplados no delineamento da proposta pedagógica da instituição e das atividades cotidianas desenvolvidas, não apenas pelo professor, mas também por outros profissionais vinculados a instituição.

Outras indicações chamam também atenção para o direito que bebês e crianças têm de serem atendidos em suas necessidades de saúde (BRASIL, 2006d); de manter seu corpo cuidado, limpo e saudável; de estar livre de contágios e doenças; de ser encaminhado para o atendimento de saúde disponível ou então de que as famílias sejam orientadas a fazê-lo, sem que para isso a criança seja impedida de brincar e se divertir.

Portanto, demandas relacionadas a saúde das crianças, dentro e fora da instituição são apresentados nos documentos como fundamentais para o desenvolvimento da criança, constituindo-se como direitos a serem assegurados pelas instituições de creche e de pré-escola. São, pois aspectos vinculados ao cuidado e educação das crianças - função da instituição a ser desenvolvida em parceria com as famílias.

4.4.3 Conversa com os bebês

Entre os aspectos que se vinculam ao cuidado e a educação, identificamos também considerações que se referem, especificamente, a bebês. Entre eles destacam-se as indicações que alertam para a importância de as(os) professoras(res) observarem como os bebês e as crianças pequenas se comunicam pelo olhar, pelo corpo, pelo choro e verbalizações, a fim de compreender seus interesses; se os profissionais da instituição planejam as ações cotidianas (BRASIL, 2009e); se as/os professoras(es) conversam e são carinhosos com as crianças no momento da troca de fraldas e do banho (BRASIL, 2009b).

As indicações acima postas remetem a pensar que o cuidado e a educação de bebês, reserva especificidades em relação as crianças maiores. Ou seja, o trabalho pedagógico precisa contemplar as especificidades da faixa etária e especificidades das crianças de zero a 5 anos de idade, acolhidas na creche e na pré-escola.

4.4.4 Autonomia

O termo autonomia é de origem grega cujo significado está relacionado com **independência, liberdade** ou **autossuficiência**. Refere-se à liberdade dos indivíduos de gerirem livremente a sua vida efetuando racionalmente as suas próprias escolhas.

A capacidade de se autogerir é valorizada não apenas nos aspectos relacionados à higiene pessoal e alimentação, mas também que os sujeitos exercitem essa função, desde a mais tenra idade, em diferentes aspectos que constituem a atividade humana. Desse modo, são encontrados nos documentos analisados recomendações quanto a atuação dos profissionais de educação infantil no que tange ao auxílio a ser prestado a bebês e crianças nas atividades que não podem realizar sozinhas (BRASIL, 2006d) e, ainda, que as crianças possam dormir ou repousar, ir ao banheiro ou beber água¹⁶ quando necessitam (BRASIL, 2009e).

¹⁶ Recomenda-se que a água filtrada esteja acessível às crianças (BRASIL, 2009).

4.4.5 Aspectos relacionados ao cuidado

O termo cuidado é sinônimo dos termos anteparo, atenção, cautela, circunspeção, ponderação, precaução, prudência e zelo¹⁷. Aspectos relacionados a esse conceito são também tratados no interior dos documentos analisados. Neles são encontradas indicações que remetem a importância de os/as professores(as) atenderem, de imediato, as crianças em suas necessidades fisiológicas, com aceitação e acolhimento (BRASIL, 2009e). Indica-se também para a atenção à adequação de roupas e calçados das crianças e respeito ao seu ritmo fisiológico – no sono, nas evacuações, nas sensações de frio e calor –, bem como para a importância de encaminhar a criança para à orientação especializada e, ainda, da ajuda que os adultos prestam as crianças nas tentativas que elas se desenvolvem para compreender as coisas e os acontecimentos à sua volta (BRASIL, 2009b).

Pelas indicações efetuadas pelos documentos analisados, observa-se a importância da acolhida das demandas relacionadas ao conforto e bem estar da criança, ou seja, a aspectos relacionados ao conforto físico, a comodidade da criança, sejam eles relacionados a roupas e calçados, aquele que ocasiona satisfação, tranquilidade e segurança. Neste sentido, poderíamos pensar que diferentes aspectos se relacionam ao cuidado, sejam eles relacionados às dimensões afetivas/emocionais, cognitivas, psicológicas, motoras, entre outras. Portanto, são cuidados educacionais, tendo em vista que no trabalho cotidiano com a criança pequena acolhida em creches e pré-escolas:

[...] não acontecem apenas cuidados ou apenas educação, mas a qualidade dos cuidados é a qualidade da educação que se dá, pois esses cuidados de banhar, alimentar, trocar, etc., são cuidados educacionais, assim como os cuidados de ler histórias, de propor jogos, brincadeiras e projetos temáticos para se conhecer o mundo [...] (BRASIL, 2009k, p. 44 – 45).

4.4.6 Comunicação/emoção/sentimento (respeito ao outro)

Referente a esse tema, observa-se que os documentos analisados chamam atenção para: a necessidade de as professoras (res) ajudarem as crianças a manifestar os

¹⁷ Ver Dicionário Eletrônico.

seus sentimentos e a perceber os sentimentos dos colegas e dos adultos; a importância de as instituições combaterem e intervirem imediatamente quando ocorrem práticas nas quais os adultos desrespeitam a integridade das crianças (BRASIL, 2009e). Chama-se também atenção para a necessidade de os adultos contribuírem para que as crianças expressem seus sentimentos e, ainda, que a criança seja ouvida; que os profissionais que com ela trabalham procurem saber o motivo de sua tristeza e de seu choro e, ainda, se são respeitadas nas variações de humor; se as crianças têm direito a momentos de privacidade e quietude; se são chamadas pelo nome evitando assim o uso de apelidos que as discriminem; se elas tem direito à alegria e à felicidade, a expressar tristeza e frustração, à proteção, ao afeto e à amizade e, ainda, se são ensinadas a expressar e lidar com seus sentimentos e impulsos (BRASIL, 2009b).

4.4.7 Brincadeira

Em meio ao estudo realizado, vinculado à categoria cuidado e educação, foram também encontradas referências que trazem contribuições para o desenvolvimento das brincadeiras. Algumas delas chamam atenção para o direito que as crianças têm a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão e de aprender a usar brinquedos novos. Avoca-se, também, atenção para a importância de que, mesmo quando as crianças brincam autonomamente, não ficam sem a proteção e o cuidado dos adultos (BRASIL, 2009b).

Por intermédio das indicações apresentadas, observa-se que, referente ao tema brincadeira há também aspectos relacionados ao cuidado e a educação das crianças que precisam ser considerados na estruturação do trabalho cotidiano levado a efeito nas creches e pré-escolas, merecendo, conforme indicado, atenção dos professores. Outras referências para estruturação dos jogos e brincadeiras, além das que foram aqui consideradas como vinculadas a categoria cuidado e educação, os documentos trazem ainda outras indicações, as quais, decorrente do recorte da pesquisa, não serão apresentados neste texto.

4.4.8 Ciências da natureza

Referente ao tema cuidado, relacionado às Ciências da Natureza, os documentos chamam atenção para a importância de as crianças brincarem com areia, argila, pedrinhas, gravetos e outros elementos da natureza. Indaga-se se elas aprendem a observar, amar e preservar a natureza e, ainda, se incentivamos as crianças a observar e respeitar os animais e aprender a plantar e cuidar das verduras (BRASIL, 2009b).

Observa-se que, nas indicações postas, são valorizadas atitudes de cuidado que extrapolam o cuidado de si próprios, mas também os que envolvem familiaridade e cuidado com elementos e aspectos relacionados ao mundo animal e vegetal. São assim cuidados que se relacionam diretamente as dimensões educativas, conforme recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009f), qual seja: promover a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais. São recomendações que procuram romper com o mito da natureza infinita e, ainda,

[...] de que todos os seres vivos, toda a natureza existem para benefício dos seres humanos. Além de nos oferecer ar puro, água, terras férteis e bom clima, a Terra seria uma eterna fonte de recursos para a produção dos bens materiais e imateriais que a mente humana vem sendo capaz de inventar (TIRIBA, 2010, p1).

4.4.9 Sexualidade

No que se refere ao cuidado e educação das crianças, relacionados ao tema sexualidade foram encontradas indicações que apontam para a importância de que a curiosidade das crianças pelo seu corpo e pela sexualidade não sejam reprimidas (BRASIL, 2009b). Ou seja, as manifestações das crianças em relação a sexualidade e as curiosidades em relação ao seu corpo precisam ser amparadas pelas práticas pedagógicas na educação infantil. Tais atitudes se vinculam não apenas a práticas que respeitam o direito das crianças, mas também aos modos como as crianças conhecem e se apropriam do modo como seus corpos funcionam.

4.4.10 Constituição da identidade

O termo identidade, conforme definição encontrada no Dicionário Aurélio eletrônico, pode ser definido como as características próprias de uma pessoa, tais como nome, profissão, sexo, impressões digitais, defeitos físicos etc. É, assim, o que é considerado exclusivo dela e, conseqüentemente, considerado, quando ela precisa ser reconhecida. Pode também ser definido como a consciência que uma pessoa tem de si mesma o que é modelado pelo contexto social no qual a criança está inserida. Constitui-se, assim, em um importante aspecto a ser desenvolvido no e pelo sujeito, tendo em vista que a constituição humana não é dada de forma biológica, mas produzida por intermédio da apropriação cultural. Desse modo, constitui-se em aspecto a ser considerado como importante nos processos de cuidado e de educação das novas gerações.

Ainda, entre os documentos analisados, faz-se menção ao direito que as crianças possuem de aprenderem coisas novas sobre seu bairro, sua cidade, seu país, o mundo, a cultura e a natureza; ao direito de desenvolver a curiosidade, a imaginação e capacidade de expressão serem ajudadas a desenvolver seu autocontrole e aprender a lidar com limites para seus impulsos e desejos; por fim, chama-se também atenção para a importância de esclarecer as crianças os motivos para comportamentos e condutas que não são aceitos na instituição (BRASIL, 2009b).

4.4.11 Condições do ambiente

Os aspectos relacionados ao termo cuidado não se limitam apenas ao que se refere a pessoa, mas também aos ambientes. O termo cuidado, concebido numa perspectiva ampla, relaciona-se a múltiplos aspectos, de modo que, nos itens apontados pelos documentos analisados faz-se referência aos cuidados relacionados à limpeza e com a higiene nos momentos de troca de fraldas e uso dos sanitários; ao cuidado com a localização das tomadas elétricas, recomendando que elas devem estar colocadas no alto das paredes e, ainda, que devem possuir tampas protetoras seguras; o botijão de gás deve atender às especificações de segurança, devendo ser mantido no ambiente externo e protegido; os produtos de limpeza, medicamentos e substâncias tóxicas devem ser devidamente acondicionados e mantidos fora do alcance das crianças; a instituição deve

proteger todos os pontos potencialmente perigosos do prédio; aponta-se para a importância de que os procedimentos preestabelecidos a serem tomados em caso de acidentes sejam conhecidos por todos (BRASIL, 2009e); por fim recomenda-se também para a importância de os objetos e móveis quebrados serem mantidos fora dos espaços onde as crianças ficam (BRASIL, 2009b).

4.4.12 Movimento ocupação do espaço

Outras recomendações apontam para a importância de os profissionais que trabalham na instituição carregarem os bebês e crianças pequenas no colo ao longo do dia, propiciando interação, acolhimento e afetividade (BRASIL, 2009e); se são assegurados às crianças o direito de estar no sol, de brincar com água, de engatinhar, de explorar novos ambientes e interagir com outras crianças e adultos, de testar seus primeiros passos fora do berço, a movimentar-se em espaços amplos e de os bebês saírem dos berços (BRASIL, 2009b).

Estes são, pois, não apenas formas de cuidado, mas conforme os documentos analisados, são direitos de todas as crianças acolhidas na creche e na pré-escola, razão pela qual são aspectos a serem pensados e incorporados na organização das propostas e práticas pedagógicas para a educação infantil.

4.4.13 Cuidado contra a violência

A expressão cuidado, conforme o Dicionário Aurélio Eletrônico, entre outras significações, remete aos termos precaução, vigilância, atenção, incumbência, responsabilidade. Neste sentido, de acordo com os documentos analisados, as instituições de educação infantil precisam intervir quando ocorrem práticas dos adultos que desrespeitam a integridade das crianças (BRASIL, 2009e), protegendo as crianças de eventuais agressões. Desse modo, os profissionais que nela trabalham tem como suas a responsabilidade e entender e tomar providências quando as crianças aparecem na creche machucadas e amedrontadas. Desse modo, conforme indicado pelos documentos, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prover: a dignidade da criança como pessoa humana, protegendo-as contra qualquer forma de

violência – física ou simbólica – e negligência, sejam elas praticadas no interior da instituição ou pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes (BRASIL, 2009b). Assim sendo, é função inerente as práticas de cuidado e educação levadas a efeito em creches e pré-escola, proteger as crianças de eventuais agressões, sendo, portanto, necessário procurar entender e tomar providências quando as crianças aparecem na creche machucadas e amedrontadas (BRASIL, 2009b).

Finalmente, um último aspecto a ser considerado em meio a análise desenvolvida refere-se à responsabilidade dos profissionais que atuam na creche e na pré-escola e que extrapola o trabalho a ser desenvolvido no interior da instituição, diz respeito ao modo como as crianças acessam a instituição e, ainda, pelo compromisso político que seus profissionais tem com as condições de saneamento nas vizinhanças da instituição.

Vale também ressaltar que sob a criança, não pode ser exercida o emprego de qualquer força contra sua vontade, como também atitudes que causam constrangimento físico ou moral, obrigando-a ou submetendo-a à vontade de outrem. Assim sendo, ser tratado com brandura, independente do contexto ao qual a criança se vincula é direito de qualquer criança brasileira, como também de tantas outras que constituem os diferentes países e nações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho faço um apanhado geral das principais indicações e evidências ao longo dos diferentes itens que constituem esse texto. Esta pesquisa, procurou identificar em meio as orientações nacionais que indicações as instituições de Educação Infantil podem/devem considerar para estruturação de seu currículo/proposta pedagógica para a creche e a pré-escola no atual contexto das políticas públicas brasileiras. Para sua realização foram utilizados procedimentos metodológicos relacionados à análise de conteúdo, entre os quais destaca-se a configuração dos dados em torno de categorias de análise. Para identificar as principais indicações da legislação brasileira, conforme já indicado no início deste texto, analisou-se o conteúdo veiculado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2009f) e dos seguintes Documentos Oficiais: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil vol 2 (BRASIL, 2006c); Critérios para o atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças, (BRASIL, 2009b) e Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009e).

A partir da realização do estudo exploratório, foram criadas 14 categorias de análise, entretanto, dada a especificidade do tema e também na necessidade de delimitação deste objeto de estudo em função das reais condições para seu desenvolvimento foram analisadas as seguintes categorias: Princípios, Adaptação, Relação creche e família, Cuidar e educar. Essas categorias foram escolhidas por demonstrarem uma relação fragilizada no contexto educacional. Também por considerar a relevância dos princípios, pois são princípios gerais da educação; a adaptação por se mostrar um marco importante no estabelecimento de uma relação positiva entre ambas as instituições; a relação creche e família devido o fato de partilharem a educação das crianças e o cuidar e educar por marcar a especificidade da educação Infantil.

O cenário da Educação Infantil brasileira começa a tomar novos rumos, com promulgação da Constituição Federal de 1988. A criança passar a ser reconhecida como sujeitos de direitos, são definidas não apenas o direito fundamental da criança à provisão (saúde, alimentação, lazer, educação lato senso) e à proteção (contra a violência, discriminação, negligência e outros), mas também seus direitos fundamentais de participação na vida social e cultural, de ser respeitada e de ter liberdade para expressar-se individualmente.

Com base nesses aspectos, o Currículo/Propostas Pedagógicas da Educação infantil tem com o principal objetivo o desenvolvimento integral da criança, conforme indica o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996h), garantindo assim, a cada uma delas o acesso a processos de construção de conhecimentos e a aprendizagem de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças. Algumas indicações encontradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, foram fundamentais para explicitar princípios e orientações para os sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas. A ampliação da demanda, o aumento de profissionais qualificados e a pressão da população para o atendimento, colocaram novas exigências para as políticas da Educação Infantil. Daí decorrem algumas condições para a organização curricular na creche e na pré-escola.

Com base nas análises realizadas foi possível identificar que os princípios presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, configuram-se como princípios gerais a serem considerados para a estruturação de qualquer Currículo/Proposta Pedagógica vinculada a Educação Básica. Os princípios trazem implicações para a constituição das subjetividades dos sujeitos acolhidos, não apenas na Educação Infantil, mas nas diferentes modalidades da educação brasileira, pois delineiam um tipo de sujeito que se pretende formar.

No item intitulado *Adaptação/Inserção da criança* foi possível perceber que o ingresso na educação infantil configura-se como o cumprimento de um direito da criança e também uma estratégia de promoção de igualdade entre homens e mulheres. A preocupação neste período inicial não se refere apenas a crianças, mas também à família da criança que ingressa na instituição, pois este marca o início de uma relação de partilha, da educação e do cuidado das crianças, entre as instituições de educação infantil e as famílias das crianças atendidas. A comunicação, a receptividade, o planejamento de ações cotidianas que contemplem a inserção das crianças e suas famílias também foram indicações encontradas nos documentos. Outras indicações foram encontradas no que se refere à relação creche e família.

Partindo do pressuposto que a educação das crianças é partilhada entre o Estado e as famílias, no item *Relação creche e família*, foi possível identificar algumas estratégias que devem ser adotadas nas propostas pedagógicas das instituições com o

objetivo de concretizar uma aproximação entre ambas instituições. Estabelecer uma comunicação efetiva no que diz respeito a troca de informações acerca da saúde das crianças, desenvolvimento e comportamento enfatizam o movimento de partilha da educação e cuidado com as famílias.

As indicações também apontam que se faz necessário estabelecer uma boa relação entre as famílias e a instituição que acolhe a criança na creche e na pré-escola e, ainda, que os profissionais devem procurar respeitar os saberes e as diferentes constituições familiares. Estas são, pois, formas de articulação e de complementaridade entre as ações da instituição e da família, constituindo-se em um critério de qualidade para acolhimentos das crianças matriculadas na creche e na pré-escola.

Outras recomendações apontam a participação das famílias em atividades pedagógicas e na construção da proposta pedagógica, pois a gestão democrática só acontece com o envolvimento da comunidade escolar. Sendo assim é função da instituição instruir as famílias e esclarecer que se constitui como um direito delas conhecer, ajudar a (re)elaborar a proposta pedagógica. Formalizando assim a gestão democrática do estabelecimento, para que se assegure a função sociopolítica da creche e da pré-escola no atual cenário da educação brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009e) apontam que para garantir a educação em sua integralidade, concebendo o cuidar e o educar como processos indissociáveis, as propostas pedagógicas devem contemplar o desenvolvimento do trabalho coletivo, a organização de materiais, tempo e espaço. A criança deve ser percebida em suas múltiplas dimensões de forma indissociável, reconhecendo suas especificidades, promovendo a interação, a proteção contra qualquer forma de violência praticada dentro ou fora da instituição. No último item analisado *Cuidar e Educar*, fica evidenciado que estas ações vinculadas ao cuidado e a educação constitui a base das aprendizagens, passam a ser um único elemento onde se faz impossível percebê-los separados. A indissociabilidade do cuidar e educar acolhe a especificidade da educação infantil¹⁸.

É possível perceber que os documentos trazem indicações que vão para além dos cuidados básicos de alimentação (a oferta de alimentos frescos e variados, incentivo a alimentar-se sozinho), e higiene (desenvolver atitudes de cuidados, incentivo no

¹⁸ Ver mais em Brasil (2009b), Brasil (2009e), Brasil (2009f).

processo de desfralde), assumindo assim, a dimensão de escuta, de atendimento as necessidades, de encorajamento. A dimensão do cuidado indissociado do processo educativo, contribui na formação do sujeito pautado nos princípios éticos de respeito ao bem comum, de solidariedade e autonomia, o que reforça a necessidade do cuidar e educar serem contemplados na elaboração das Propostas Pedagógicas.

As orientações trazem indicativos para a estruturação das práticas cotidianas sugerindo pensar as mais variadas situações de relação com a natureza, de interação com os pares e adultos, de conhecimento de si e do mundo, de aprender a cuidar de si, de ajudar e ser ajudado.

Os documentos apontam que é de responsabilidade dos profissionais zelar pela integridade física da criança dentro e fora do espaço da instituição

Desta forma as principais conclusões apontam que as ações de cuidado e educação partilhadas entre a creche e a família são centrais no processo educativo, devendo assim, ser contemplados no delineamento do Currículo/Propostas Pedagógicas das instituições e das atividades cotidianas desenvolvidas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Aucy Bernini. *Creche e família : um relação possível?*. Florianópolis, 2003. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em : <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0387.pdf>>. Acesso em : 28 maio 2003.

BRASIL. *Proposta pedagógica e currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política de Educação Fundamental. Coordenação-Geral de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1996a.,

BRASIL / Ministério da Educação e Cultura. *Crítérios para o atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC, 2009.b,

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, v. 1, 2006c.,

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, v. 2, 2006d.,

BRASIL. Ministério da Educação. *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2009e.

BRASIL.Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica .*Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Parecer Homologado pelo despacho do Ministro, publicado no D.O.U de 9/12/2009f.

BRASIL,Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de concepções e orientações Curriculares para Educação Básica. *Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica*. Brasília, 2009g. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/subsidios_dcn.pdf

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*.Brasília, DF, 1996h.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Currículo em Movimento. *Projeto de Cooperação Técnica Mec e Ufrgs para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil*. Brasília, 2009k. *Contribuições dos pesquisadores à discussão sobre as ações cotidianas na educação das crianças de 0 a 3 anos*. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatmieib_anexo1_2.pdf >. Acesso em: 1 fev. 2011.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução no4, de julho de 2011.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Educação Infantil no Brasil- avaliação quantitativa e qualitativa. Relatório final. São Paulo, 2010, p. 69-98.1 CD-ROM.

HOLZ, Rubia Eneida. *O período de inserção de um bebê na creche: uma aproximação em grupo já constituído*. In COUTINHO, Angela Scalabrin *et al* (orgs). Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: Diálogos possíveis a partir da formação profissional. Florianópolis, SC: Nova Harmonia, 2012. p. 117-127.

KUHLMANN Jr, Moysés. *Educação Infantil e currículo*. In FARIA, Ana Lucia Goulart, e Palhares, Marina Silveira (orgs). Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafio. Campinas, SP:Autores Associados, 1999.

MACHADO, Maria Lúcia de A (org). *Educação Infantil em tempos de LDB*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 2000. Disponível em: http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1330/arquivoAnexado.pdf

MAISTRO, Maria Aparecida; ROCHA, Eloisa Acires Candal; ANDALO, Carmen Silvia de Arruda. *As relações creche-famílias : um estudo de caso*. 1997. ix, 190f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *O currículo na educação infantil: o que propõe as novas Diretrizes*. In: BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15860&Itemid=1096. Acesso em: 11 out. 2010.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde e VITORIA Telma. *Processos de adaptação na creche*. Ano 1993 Disponível em www.revistas.usp.br/psicousp/article/download/42009/45677

TIRIBA, Léa. *Crianças da Natureza*. 2010. 20 p. disponível em [file:///C:/Users/Verena/Downloads/2.9 artigo mec criancas natureza lea tiriba.pdf](file:///C:/Users/Verena/Downloads/2.9%20artigo%20mec%20criancas%20natureza%20lea%20tiriba.pdf) acesso em 20 de agosto de 2014.

VALE, Isabel Cristina de Oliveira do. *Educação Infantil: um olhar para a inserção*. In COUTINHO, Angela Scalabrin *et al* (orgs). Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: Diálogos possíveis a partir da formação profissional. Florianópolis, SC: Nova Harmonia, 2012. p. 117-127.

WIGGERS, Verena. *As orientações pedagógicas da educação infantil em municípios de Santa Catarina*. São Paulo, 2007. 259 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

UNESCO. Castro, Jane Margareth e REGATTIERI, Marilza. *Interação escola-família: subsídios para práticas escolares*. MEC, Brasília:2009.

7. ANEXOS

Os anexos aqui estruturados são constituídos pelo conjunto de excertos sistematizados em torno das suas respectivas categorias de análise. Esses foram foco do estudo ora realizado.

PRINCÍPIOS

Princípios éticos

[...] no que se refere à formação da criança para o exercício progressivo da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum [...] (BRASIL, 2006d, p.31); da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades [...] (BRASIL, 2009e, p. 19).

Princípios políticos

[...] no que se refere à formação da criança para o exercício progressivo dos direitos e dos deveres da cidadania, da criticidade e do respeito à ordem democrática [...] (BRASIL, 2006d, p.31) políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática [...] (BRASIL, 2009e, p. 19).

Princípios estéticos

[...] no que se refere à formação da criança para o exercício progressivo da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2006d, p.31) [...] da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e

da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009e, p. 19).

Atenção a Criança que Ingressa

[...] Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche; à presença de um de seus familiares; de trazer um objeto querido de casa para ajudá-las na adaptação; a um cuidado especial com sua alimentação; recebem nossa atenção individual quando começam a frequentar a creche; criamos condições para que os irmãozinhos maiores que já estão na creche ajudem os menores; nunca deixamos crianças inseguras, assustadas, chorando ou apáticas, sem atenção e carinho; observamos com cuidado a saúde dos bebês [...] (2009b, p.13-26).

Acolhimento das famílias

[...] o período de acolhimento inicial (“adaptação”) demanda das professoras, professores, gestoras e gestores uma atenção especial com as famílias e/ou responsáveis pelas crianças [...] (2006d, p.32); [...]os familiares sentem-se bem recebidos, acolhidos e tratados com respeito na instituição, inclusive em seu contato inicial[...] (2009e, p.57); [...] as mães e os pais são sempre bem-vindos à creche; mães e os pais recebem uma atenção especial para ganhar confiança e familiaridade com a creche[...] (2009b, p. 26). [...] reconhecemos que uma conversa aberta e franca com as mães e os pais é o melhor caminho para superar as dificuldades do período de adaptação; observamos com atenção a reação dos bebês e de seus familiares durante o período de adaptação[...] (2009b, p.26).

Estratégias a serem adotadas no período de adaptação/inserção para articulação das ações entre as instituições e as famílias

[...] são previstos espaços e tempos para que mães, pais, familiares e/ou responsáveis, professoras, professores, gestoras e gestores iniciem um conhecimento mútuo[...] (2006d, p. 32); [...] nosso planejamento reconhece que o período de adaptação é um momento muito especial; nosso planejamento é flexível quanto a rotinas e horários para as crianças em período de adaptação[...] (BRASIL2009b, p.26)

RELAÇÃO CRECHE E FAMÍLIA

Receptividade das famílias nas instituições

[...] professoras, professores, gestoras e gestores são atenciosos com mães, pais e familiares ou responsáveis, estando disponíveis cotidianamente; possibilitam que mães, pais e familiares e/ou responsáveis tenham a oportunidade de visitar as instalações das instituições de Educação Infantil [...] (2006d, p. 32-38); as professoras e demais profissionais sentem-se respeitadas/os pelos familiares [...] (2009e, p. 36-57)[...] nossas crianças sabem que são queridas quando percebem que suas famílias são bem-vindas e respeitadas na creche; evitamos comentar assuntos relacionados com as crianças e seus familiares na presença delas[...] (2009b, p.14-27).

Comunicação com as famílias

Gestão do cuidado

[...] orientam mães e pais e/ou responsáveis para dar às professoras e aos professores informações que julguem relevantes e fidedignas sobre a criança [...] (2006d, p. 32-38); [...]; O diálogo aberto e contínuo com os pais nos ajuda a responder às necessidades individuais da criança; as famílias são informadas sobre a alimentação da criança e suas sugestões são bem recebidas (2009b, p.14-27) [...] acompanhamos com as famílias o calendário de vacinação das crianças; mantemos comunicação com a família quando uma criança fica doente e não pode frequentar a creche (2009, p.14-27)

Aprendizagem e Desenvolvimento

[...] informações sobre as atividades e o desenvolvimento da criança são disponibilizadas periodicamente para mães e pais e/ou responsáveis (2006d, p. 32-38); As famílias recebem orientação sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil; as famílias são informadas sobre o desenvolvimento de suas crianças (2009b, p.14-27) documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil (2009f, p.21).

Participação das famílias nas atividades pedagógicas

[...] encontros periódicos entre mães, pais, familiares e/ou responsáveis e profissionais da instituição de Educação Infantil, visando à qualidade da educação das crianças[...] (2006d, p. 32-38); [...] procuramos incluir as famílias na programação relativa à natureza; procuramos criar ocasiões para as famílias participarem de atividades ao ar livre com as crianças; estimulamos os pais a participar ativamente de eventos e atividades na creche[...] (2009b, p.14-27) [...] mães e pais e/ou responsáveis opinam sobre o desenvolvimento da proposta pedagógica e a gestão da instituição; formalizam canais de participação de profissionais sob sua responsabilidade e das famílias e/ou responsáveis na elaboração, na implementação e na avaliação das propostas pedagógicas; [...] (2006d, p. 32-38).

Respeito aos saberes e constituições familiares

As professoras realizam atividades com as crianças nas quais os saberes das famílias são considerados e valorizados; (2009e, p. 36-57) a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade. (2009f, p.21)

Cuidar e Educar

Demandas pessoais

[...] As professoras atendem de imediato as crianças em suas necessidades fisiológicas, com aceitação e acolhimento [...] (BRASIL, 2009e, p. 41-49); ficamos atentos à adequação de roupas e calçados das crianças; procuramos respeitar o ritmo fisiológico da criança: no sono, nas evacuações, nas sensações de frio e calor; procuramos analisar porque uma criança não está bem e encaminhá-la à orientação especializada; sempre ajudamos as crianças em suas tentativas de compreender as coisas e os acontecimentos à sua volta [...] (BRASIL, 2009b, 13-25).

Comunicação /emoção/sentimento (respeito ao outro)

[...]as professoras ajudam as crianças a manifestar os seus sentimentos [...] e a perceber os sentimentos dos colegas e dos adultos; a instituição combate e intervém imediatamente quando ocorrem práticas dos adultos que desrespeitam a integridade das crianças [...] (BRASIL, 2009e, p. 41-49); [...] a expressar seus sentimentos; a criança é ouvida; procuramos saber o motivo da tristeza ou do choro das crianças; procuramos respeitar as variações de humor das crianças; nossas crianças têm direito a momentos de privacidade e quietude; evitamos usar e que as crianças usem apelidos que discriminem outras crianças; nossas crianças têm direito à alegria e à felicidade; têm direito a expressar tristeza e frustração; à proteção, ao afeto e à amizade; procuramos ensinar

meninos e meninas como expressar e lidar com seus sentimentos e impulsos[...]. (BRASIL, 2009b, 13-25).

Brincadeira

[...] Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade; imaginação e capacidade de expressão; ajudamos as crianças a aprender a usar brinquedos novos; nossas crianças, mesmo quando brincam autonomamente, não ficam sem a proteção e o cuidado dos adultos [...] (BRASIL, 2009b, 13-25).

Ciências da natureza

[...] têm oportunidade de brincar com areia, argila, pedrinhas, gravetos e outros elementos da natureza; nossas crianças aprendem a observar, amar e preservar a natureza; incentivamos nossas crianças a observar e respeitar os animais; procuramos manter uma horta, mesmo pequena, para que as crianças aprendam a plantar e cuidar das verduras [...]; (BRASIL, 2009b, 13-25).

Sexualidade

[...] não reprimimos a curiosidade das crianças pelo seu corpo; Não reprimimos a curiosidade sexual das crianças[...]; (BRASIL, 2009b, 13-25).

Constituição da sua identidade

[...] nossas crianças têm direito de aprender coisas novas sobre seu bairro, sua cidade, seu país, o mundo, a cultura e a natureza; nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade; imaginação e capacidade de expressão; ajudamos as crianças a desenvolver seu auto-controle e aprender a lidar com limites para seus impulsos e desejos; explicamos as crianças os motivos para comportamentos e condutas que não são aceitos na creche[...]; (BRASIL, 2009b, 13-25).

Condições do ambiente

[...] são tomados os cuidados necessários com a limpeza e com a higiene nos momentos de troca de fraldas e uso dos sanitários; as tomadas elétricas estão colocadas no alto das paredes e possuem tampas protetoras seguras; o botijão de gás atende às especificações de segurança e fica em ambiente externo protegido; produtos de limpeza, medicamentos e substâncias tóxicas são devidamente acondicionados e mantidos fora do alcance das crianças; a instituição protege todos os pontos potencialmente perigosos do prédio; A instituição tem procedimentos, preestabelecidos e conhecidos por todos, que devem ser tomados em caso de acidentes[...] (BRASIL, 2009e, p. 41-49) [...] não deixamos objetos e móveis quebrados nos espaços onde as crianças ficam; mantemos fora do alcance das crianças produtos potencialmente perigosos[...] (BRASIL, 2009b, 13-25).

Movimento ocupação do espaço

[...] as professoras e demais profissionais carregam os bebês e crianças pequenas no colo ao longo do dia, propiciando interação, acolhimento e afetividade[...] (BRASIL, 2009e, p. 41-49); [...] nossas crianças têm direito ao sol; brincar com água; os bebês não são esquecidos no berço; têm direito de engatinhar; têm oportunidade de explorar novos ambientes e interagir com outras crianças e adultos;têm direito de testar seus primeiros passos fora do berço; ao movimento em espaços amplos; [...] (BRASIL, 2009b, 13-25).

Cuidado contra violência

[...] encaminham aos serviços específicos os casos de crianças vítimas de violência ou maus-tratos; participação da instituição na rede de proteção dos direitos das crianças; encaminham a seus superiores, e estes aos serviços específicos, os casos de crianças vítimas de violência ou maus-tratos [...] (BRASIL, 2006d); [...]A instituição combate e intervém imediatamente quando ocorrem práticas dos adultos que desrespeitam a integridade das crianças (BRASIL, 2009e); [...]procuramos proteger as crianças de eventuais agressões; nunca deixamos de procurar entender e tomar providências quando nossas crianças aparecem na creche machucadas e amedrontadas; as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever[...]a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes [...] (BRASIL, 2009b). procuramos proteger as crianças de eventuais agressões; nunca deixamos de procurar entender e tomar providências quando nossas crianças aparecem na creche machucadas e amedrontadas; (BRASIL, 2009b, 13-25).